



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o foro de residência da pessoa com deficiência como competente para o processo e julgamento das causas que versem sobre direitos previstos no respectivo estatuto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 53 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “g”:

“Art. 53.

.....

III –

.....

g) de residência da pessoa com deficiência, para a causa que verse sobre direito previsto no respectivo estatuto.

.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei visa fortalecer o direito ao acesso à justiça para a pessoa com deficiência, ao estabelecer que a comarca ou a subseção judiciária de sua residência será o foro competente para o processamento e julgamento das causas que versem sobre direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, determina em seu artigo 13 que os Estados Partes devem garantir o efetivo acesso das pessoas com deficiência à justiça, em igualdade de condições com os demais cidadãos. Alinhado a essa diretriz internacional, o art. 79 do Estatuto da Pessoa com Deficiência reverberou no direito interno pátrio o mencionado compromisso.

Especialistas em acessibilidade identificam múltiplos obstáculos enfrentados por pessoas com deficiência na busca pela prestação jurisdicional, incluindo barreiras geográficas, restrições de saúde e problemas de mobilidade. Embora a recente expansão do processo digital tenha reduzido significativamente essas dificuldades, o deslocamento necessário até comarcas distantes de suas residências continua a impor um ônus excessivo e injustificado a esses cidadãos. Essa situação configura uma barreira ao pleno exercício de seus direitos fundamentais.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

A proposta de estabelecer o foro da residência da pessoa com deficiência como competente para as causas que versem sobre direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência harmoniza-se integralmente com a sistemática já adotada pelo Código de Processo Civil para outras situações de vulnerabilidade. Essa abordagem já é aplicada nos casos das ações de alimentos (art. 53, II) e nas causas relacionadas aos direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”).

Sendo assim, a alteração efetuada proporcionará tratamento processual isonômico às pessoas com deficiência, e facilitará seu acesso efetivo à justiça. Essa iniciativa promoverá igualdade material aos cidadãos que atualmente se encontram em posição de desvantagem no acesso ao sistema de justiça, de modo a viabilizar condições reais de paridade processual.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, que representa avanço significativo na garantia de acesso à justiça e na promoção da dignidade e da cidadania das pessoas com deficiência.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

